

*Agostinho Alves
A. G.*



RELATÓRIO DE CONTAS
2017

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2017

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vimos trazer à vossa avaliação a actividade por nós desenvolvida no exercício de 2017.

1. QUADRO MACROECONÓMICO

No decurso do ano a economia mundial terá crescido 3,7%, de acordo com o FMI. A zona Euro recuperou durante o ano em apreço e viu o PIB crescer 2,5%. Já em Portugal o crescimento do Produto Interno Bruto subiu 2,7%.

A inflação na zona euro quedou-se no ano pelos 1,5%. Já em Portugal, o valor da inflação fixou-se em 1,6%.

O crescimento da economia portuguesa teve como factor essencial o crescimento da procura interna, com o consumo privado a subir 2,2% e o consumo público 0,1%.

O nível de desemprego baixou para 8,9% e a taxa de poupança reduziu-se no 3º trimestre do ano, baixando para 4,4%.

O risco do país teve, no ano, forte diminuição, evidenciada na redução do spread da dívida a 10 anos perante a dívida alemã e também a saída de Portugal do Procedimento por Défices Excessivos.

No que respeita ao mercado financeiro, as taxas do dólar (Libor) no Mercado Monetário Interbancário subiram em todos os prazos. Já as taxas do Euro (Euribor) alcançaram mínimos record tendo a política expansionista do Banco Central Europeu dado um contributo importante para os valores negativos experimentados.

2. A ACTIVIDADE DA EMPRESA

Tendo em consideração o facto de a economia angolana continuar a sofrer fortes desequilíbrios macroeconómicos emergentes da anterior descida do preço do petróleo, estima-se que o PIB tenha caído 0,7% em 2016, mas já com ligeira recuperação em 2017 de acordo com estimativa do FMI, e que a inflação tenha atingido o valor de 32,4% em 2016, com ligeiro recuo para 31,7%

em 2017. As transações originadas neste país não tiveram a intensidade de exercícios anteriores, não dando, pois, os contributos desejados à exploração da sociedade.

Por outro lado, o forte fluxo turístico em Portugal, a melhoria da quota de mercado para o corredor Brasil e a animação de vários sectores da economia portuguesa, ajudaram a compensar as menores transações com Angola.

A renegociação do contrato com a ANA, foi acontecimento que se deve relevar dado o impacto positivo que terá nas contas da empresa.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com o valor do activo a situar-se próximo do nível do ano anterior e com o passivo em 2017 quase igual ao de 2016, as rubricas do Balanço não tiveram desvios significativos, tendo os capitais próprios mantido quase o mesmo valor de 2016.

Relativamente aos resultados de exploração, deve-se constatar que em 2017 o produto bancário, descontado que seja o proveito, não recorrente, da mais-valia efectuada na alienação de um imóvel, subiu 14% relativamente a 2016, passando de 4.386.748,55 euros para 5.501.381,32 euros.

Neste exercício, devido a reorganização de serviços e à implantação de serviços partilhados entre as empresas do Grupo Ultra, os custos com pessoal reduziram-se em 17%, passando de 3.867.433,40 euros para 3.210.996,41. Já os gastos gerais administrativos tiveram um desvio negligível negativo de apenas 0,9%.

Os resultados antes de impostos fixaram-se em 125.657,51 euros contra o resultado negativo de 537.328,83 euros no ano anterior, o que significa uma melhoria de 662.986,34 euros.

4. PERSPECTIVAS DA EXPLORAÇÃO

Ao longo de 2017 e já no corrente ano foram estabelecidos três novos balcões e as empresas do Grupo, agentes da Sociedade, abriram 4 novas posições o que promoverá uma maior cobertura do mercado.

Acresce que o significativo investimento em curso numa nova plataforma informática que permitirá uma muito maior eficiência das diversas aplicações, irá minimizar os custos de exploração e potenciar as fontes de proveito.

Um maior crescimento da economia portuguesa, com crescente atractividade imigrante, a continuação de forte fluxo turístico e o robustecimento da internacionalização das empresas nacionais, são factores que nos levam a prever o crescimento da exploração da companhia em 2018



5. DO “COMPLIANCE”

A Sociedade acabou o ano com uma redução de três colaboradores, tendo durante o exercício promovido a formação necessária e suficiente para o cumprimento da lei e dos regulamentos.

A empresa tem cumpridas todas as obrigações fiscais e com a Segurança Social.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido no valor de 91.840,64 euros seja transferido para a conta de resultados transitados.

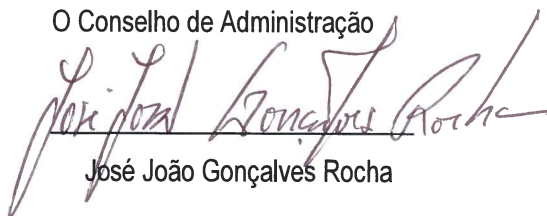
7. RECONHECIMENTO

Queremos agradecer penhoradamente a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício connosco colaboraram:

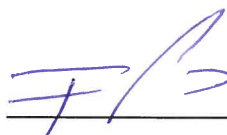
- À Caixa Económica Montepio Geral, S.A.
- Ao acionista Montepio Geral Associação Mutualista
- Ao acionista Ultra SGPS, S.A.
- Aos parceiros e correspondentes das diversas geografias
- Aos nossos colaboradores pelo esforço e abnegação que dedicaram à empresa
- Aos restantes órgãos sociais pela disponibilidade que sempre demonstraram

Lisboa, 19 de Abril de 2018

O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues de Mascarenhas Santos

BALANÇO

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte : Individual - NIC

Ano : 2017
Mês : Dezembro

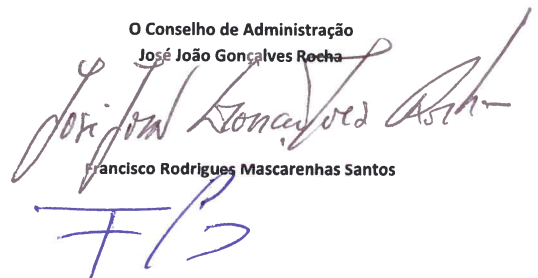
	Ano - Actividade Global				
	Notas	Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor líquido	Ano anterior
		provisões, imparidades e amortizações	e amortizações		
	1	2	3 = 1 - 2	4	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	3.131.571,94		3.131.571,94	2.902.616,37
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	2	169.792,43		169.792,43	498.327,52
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	17.641,65		17.641,65	
Ativos financeiros disponíveis para venda	5				127.341,55
Aplicações em instituições de crédito	3	340.000,00		340.000,00	
Outros Ativos tangíveis	6	2.949.211,96	1.779.323,02	1.169.888,94	1.139.468,78
Ativos intangíveis	7	120.227,73	120.227,73		2.362,57
Ativos por impostos correntes	8				814.223,84
Ativos por impostos diferidos	8	176.943,08		176.943,08	
Outros Ativos	9	2.741.840,04		2.741.840,04	2.264.999,68
Total de Ativo		9.647.228,83	1.899.550,75	7.747.678,08	7.749.340,31
				Ano	Ano Anterior
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	10			500.000,00	
Passivos por impostos correntes	8			33.816,87	
Outros passivos	11			1.719.362,88	2.523.625,70
Total de Passivo				2.253.179,75	2.523.625,70
Capital					
Capital	12			1.750.000,00	1.750.000,00
Outras reservas e resultados transitados	13			3.652.657,69	4.070.606,87
Resultado do exercício				91.840,64	-594.892,26
Total de Capital				5.494.498,33	5.225.714,61
Total de Passivo e Capital				7.747.678,08	7.749.340,31

O Responsável pela Contabilidade



José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado Nº 15479

O Conselho de Administração
José João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte : Individual - NIC

Ano : **2017**

Mês : **Dezembro**

Valores em Euros

	Notas / Quadros Anexos	Ano	Ano Anterior
Juros e encargos similares	14	3.515,63	21.753,58
Margem Financeira		-3.515,63	-21.753,58
Rendimentos de serviços e comissões	15	1.703.845,33	1.077.450,83
Encargos com serviços e comissões	16	2.050.630,81	2.399.829,44
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	5 & 22	175.132,45	-72.291,29
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	17	5.823.671,87	5.709.127,16
Outros resultados de exploração	18	159.665,89	1.540.624,19
Produto bancário		5.808.169,10	5.833.327,87
Custos com pessoal	19	3.210.996,41	3.867.433,49
Gastos gerais administrativos	20	2.257.414,77	2.279.573,29
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	21	214.100,41	223.649,92
Resultado antes de impostos		125.657,51	-537.328,83
Impostos			
Correntes	23	33.816,87	57.563,43
Resultado após impostos	23	91.840,64	-594.892,26
Resultado líquido do exercício	24	91.840,64	-594.892,26

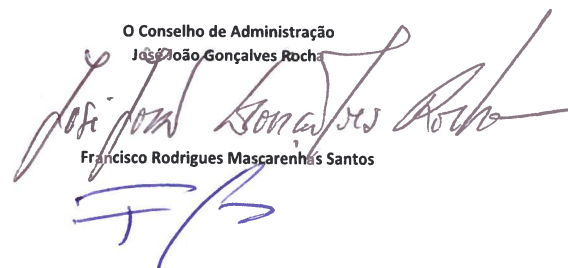
O Responsável pela Contabilidade



José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado N.º 15479

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

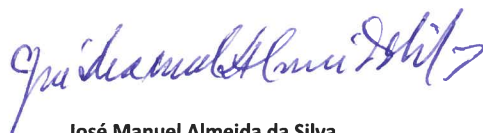
Ano : 2017

Base de reporte : Individual - NIC

Mês : Dezembro

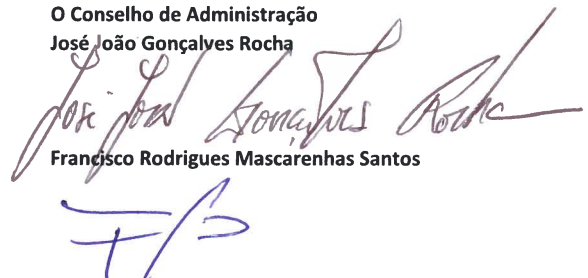
	Valores em Euros
Actividades Operacionais	
Recebimentos de comissões	1.701.414,18
Pagamento de comissões	-2.228.820,10
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-6.142.013,31
Resultados de reavaliação cambial	5.823.671,87
Caixa gerada pelas operações	-845.747,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	814.223,84
Outros recebimentos/pagamentos	-284.856,37
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	-316.379,89
Actividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Activos fixos tangíveis	242.158,00
Activos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros activos	
	<u>242.158,00</u>
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	
Activos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros activos	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
	<u>0,00</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	-242.158,00
Actividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	160.000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
	<u>302.474,00</u>
	<u>462.474,00</u>
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	
Juros e gastos similares	3.515,63
Gratificações de Balanço	
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
	<u>3.515,63</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	458.958,37
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-99.579,52
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.400.943,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.301.364,37
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	0,00

O Responsável pela Contabilidade



José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado N° 15479

O Conselho de Administração
José João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2017 Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Total do capital próprio
	Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Reservas de Reavaliação	Resultado líquido do exercício	
1	1.750.000,00	0,00	652.394,32	3.189.608,01	228.604,54	0,00	-594.892,26	5.225.714,61
Posição no Início do Período 2017								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
2	0,00	0,00	0,00	0,00	176.943,08	0,00	0,00	176.943,08
Ajustamentos por impostos diferidos								
3	0,00	0,00	0,00	0,00	176.943,08	0,00	0,00	176.943,08
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
4 = 2 + 3							91.840,64	0,00
RESULTADO INTEGRAL								
5	0,00	0,00	0,00	0,00	-594.892,26	0,00	594.892,26	0,00
Operações com detentores de capital no período								
6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.750.000,00	0,00	652.394,32	3.189.608,01	-189.344,64	0,00	91.840,64	5.494.498,33
Posição no fim do Período 2017								

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 02 de Abril de 2018

O Responsável pela Contabilidade

José Manuel Almeida da Silva

Contabilista Certificado Nº 15479

O Conselho de Administração

Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

José João Gonçalves Rocha

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

**Anexo ao Balanço e à Demonstração
de Resultados**

31 de Dezembro de 2017

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)



Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31/12/2017

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Em Junho de 2012 a sociedade alterou a sua designação social para **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A.**, e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento já em 2013.

No exercício de 2017 as principais atividades desenvolvidas pela NovaCâmbios foram a compra e venda de moeda estrangeiras, a realização de operações de envios e pagamentos de fundos e a compra de cheques de viagem.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agentes doutras Instituições de Pagamentos mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da empresa.

I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

II - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras - Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A Empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.



b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2017 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respectivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.



h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

III – Principais políticas contabilísticas

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.



c) Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

d) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

g) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3.



acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

h) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

i) Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.



j) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

IV – Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

V - Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2017, a empresa teve um efectivo médio anual de **170** trabalhadores ao serviço, enquanto em 2016 foram **195**.



1. Caixa

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da conta de caixa era de **3.131.571,94**.

Caixa	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Caixa - Moeda Nacional	1.760.324,48	1.692.607,76
Caixa - Moeda Estrangeira	1.371.247,46	1.210.008,61
TOTAL	3.131.571,94	2.902.616,37

2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de **169.792,43**.

Instituições de Crédito	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Depósitos à Ordem Moeda Nacional	146.904,40	477.601,42
Depósitos à Ordem Moeda Estrangeira	22.888,03	20.726,10
Total em Bancos Nacionais	169.792,43	498.327,52

3. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da conta de Aplicações em Instituições de Crédito era de **340.000,00**.

Valor Depositado no Montepio Geral e com duração de um ano.

4. Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor

A 31 de Dezembro de 2017, o saldo nos Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor era de **17.641,65**. O valor corresponde ao Fundo de Compensação de Trabalho na íntegra. Não há comparativo com o 31 de Dezembro de 2016 pois estava classificado numa outra rúbrica. Por instrução do Banco de Portugal, esta rúbrica foi reclassificada.

5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Regista instrumentos de capital, emitidos pelo Banco Montepio Geral, valorizados à cotação, em 31 de Dezembro de 2017, na BVL.

O valor líquido destes Ativos a 31 de Dezembro de 2017 é de **zero**.

Os Ativos foram vendidos em 2017 ao par gerando uma reversão líquida de imparidade de **175.132**.



6. Ativos tangíveis

Referente aos Ativos Tangíveis:

Ativos Tangíveis	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Valor Bruto	2.949.211,96	2.716.053,96
Amortizações Acumuladas	1.779.323,02	1.576.585,18
Valor líquido em 31.12.2017	1.169.888,94	1.139.468,78
Amortizações do Exercício	211.737,84	214.931,62
Abate Totalmente Amortizado	9.000,00	
Aquisições do Exercício	242.158,00	188.557,63

7. Ativos Intangíveis

Referente aos Ativos Intangíveis:

Ativos Intangíveis	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Valor Bruto	120.227,73	120.227,73
Amortizações Acumuladas	120.227,73	117.865,16
Valor líquido em 31.12.2017	0,00	2.362,57
Amortizações do Exercício	2.362,57	8.718,30
Aquisições do Exercício	0,00	0,00

8. Ativos por Impostos Corrente e Diferidos, Passivos por Impostos Corrente

O montante recebido de impostos referentes ao exercício de 2016 ascendeu a 814.223,84€.

O montante estimado de impostos sobre os lucros referente ao exercício de 2017 é de 33.816,87€.

Durante o ano de 2017 a empresa não efetuou pagamentos por conta devido ao resultado negativo de 2016, nem teve retenções em seu nome.

IRC - Pagamentos por Conta	0,00€
IRC - Retenções na Fonte	0,00€
TOTAL	0,00€

Imposto sobre os lucros de **33.816,87€** - o valor das Retenções na Fonte e Pagamentos por Conta de IRC de **0,00€ = 33.816,87€ valor de IRC a PAGAR a AT-Autoridade Tributária.**

No início de 2017 a empresa reconheceu um Ativo Diferido referente ao prejuízo fiscal de 2016. O Prejuízo fiscal de 2016 ascendeu a 842.586,10 € que aplicando uma taxa de 21% dá o valor de 176.943,08 €. O valor apresentado serve de memória e de reconhecimento contabilístico. Este ajustamento foi feito devido à expectativa de vir a ter lucros para recuperar os montantes em causa.



9. Outros Ativos

Outros Ativos	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Outros Ativos:		
Conta 31 - Devedores de Outras Aplicações	2.077.355,44	1.699.719,01
Devedores por Processos Judiciais	173.376,79	17.330,69
- Processo – 111/08.4	16.780,69	16.780,69
- Processo – 880/14.2	550,00	550,00
- Processo – 221/17.7	152.548,10	
- Processo – 1038/17	3.498,00	
Outros Devedores - Valores a receber	949.954,05	333.437,06
- Nacionais	904.882,85	294.932,66
- Estrangeiros	45.071,20	38.504,40
Outros Devedores - Valores a receber	954.024,60	1.348.981,26
TRANSFERÊNCIAS DE VALORES		
- NCPortugal	0,00	0,00
- MoneyGram	28.932,39	31.135,28
- RealTransfer Portugal	0,00	19.321,15
- Goo Transfer	19.216,66	85.612,49
- NCAngola	859.472,24	1.212.912,34
- NCNamibia	10.319,31	0,00
- BCI	36.084,00	0,00
Conta 33 - Rendimentos a Receber	10.001,08	7.569,93
Outros Rendimentos a Receber	10.001,08	7.569,93
- Euronet – ATM's	10.001,08	7.569,93
Conta 34 - Despesas com Encargo Diferido	562.357,57	555.194,03
- Credores e outros recursos	10.858,06	14.057,77
- Seguros	15.616,25	14.918,74
- Rendas	135.883,26	126.217,52
- Caução Euronet	400.000,00	400.000,00
Conta 54 – Outras Contas de regularização	92.125,95	2.486,72
- Operações Ativas a regularizar	87.427,10	0,00
- Outras contas a regularizar – Falhas	4.698,85	2.486,72
TOTAL	2.741.840,04	2.264.969,69

10. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2017, o montante registado era de **500.000,00** referente a recursos obtidos pelas seguintes instituições de crédito:

Recursos de OIC	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Banco Montepio Geral – Conta Caucionada	500.000,00	0,00
TOTAL	500.000,00	0,00



11. Outros Passivos

Outros Passivos	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Conta 51 – Credores e Outros Recursos	930.364,47	1.168.231,53
Credores ao Sector Público Administrativo	96.978,01	125.515,41
- Retenções de Impostos na fonte	41.602,35	47.884,84
- Contribuições para a Segurança Social	55.375,66	77.630,57
Cobranças de Terceiros	419,42	413,87
- Penhora de Vencimentos	419,42	413,87
Credores Diversos	832.966,94	1.042.716,12
- Credores - Fornecedores Residentes	226.170,77	728.544,24
- Credores - Estrangeiros	492,82	29.479,89
- Outros Credores	11.154,03	0,00
- Outros Credores - TRANSFERÊNCIAS DE VALORES	388.340,10	849.017,10
- MoneyGram	0,00	3.562,61
- Sigue	0,00	1.930,61
- RealTransfer	388.160,51	843.523,88
- NCAngola	179,59	0,00
- Outros Credores - Valores a pagar a Clientes	206.809,22	432.431,94
- NCPortugal	0,00	20,00
- Goo Transfer	105.675,13	233.589,08
- NCAngola	101.134,09	198.822,86
Conta 52 – Encargos a pagar	715.007,48	1.065.394,18
- Férias, Subs. de Férias, Enc. Sociais	173.435,72	376.175,80
- Ordenados a pagar	3.391,48	13.032,30
- Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	4.758,61	31.502,73
- Outros encargos a pagar	89.616,06	778,81
- Outros encargos a pagar ANA-Aeroportos	443.808,61	643.904,54
Conta 53 – Receitas com Rendimento Diferido	70.000,00	290.000,00
- Receitas com Rendimento Diferido - Money Gram	70.000,00	290.000,00
Conta 54 – Outras Operações a Regularizar	3.991,03	0,00
- Sobras de Caixa	3.991,03	0,00
TOTAL	1.719.362,88	2.523.625,71

12. Capital

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital social, de **1.750.000** encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

As entidades com mais de 20% do Capital da Nova Câmbios são as seguintes:

- ULTRA – SGPS, SA	69,94%
- Montepio Geral – Associação Mutualista	30,00%



13. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e Resultados Transitados	Exercício de 2017	Exercício de 2016
- Reserva Legal	652.394,32	652.394,32
- Reservas Livres	3.189.608,01	3.189.608,01
- Resultados Transitados	(189.344,64)	228.604,54
TOTAL	3.475.714,61	4.070.606,87

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 22 de maio de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com um resultado líquido negativo de 594.892 euros, tendo sido deliberado que fosse transferido a totalidade para Resultados Transitados.

14. Juros e Encargos Similares

Os custos desta natureza, em 2017, foram os seguintes:

Juros e Encargos Similares	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Juros de Empréstimos	0,00	21.443,03
Juros de Conta Corrente Caucionada	3.515,63	310,55
TOTAL	3.515,63	21.753,58

15. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2017 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Transferência de Valores	1.264.068,63	648.654,00
Comissões na Compra e Venda de Moeda	238.561,17	246.396,21
Comissões por Operações em ATM - Euronet	201.215,53	182.400,62
TOTAL	1.703.845,33	1.077.450,83

O total das transferências de valores realizadas pela Novacâmbios, efectivadas através de outra Instituição de Pagamento, na qualidade de agente, é o que consta do quadro seguinte:

16. Encargos com serviços e comissões

COMISSÕES	Exercício de 2017	Exercício de 2016
- Comissões por Garantias Bancárias	31.906,86	14.400,52
- Comissões por operações bancárias	47.100,62	26.935,11
- Comissões da ANA-Aeroportos	1.806.486,04	2.336.895,87
- Outras Comissões	165.137,29	21.597,94
TOTAL	2.050.630,81	2.399.829,44



17. Resultados de Reavaliação Cambial

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 5.709.127,16

Resultados de Reavaliação Cambial	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Ganhos em Operações Financeiras	5.853.425,49	5.742.877,60
Perdas em Operações Financeiras	29.753,62	33.750,44
Margem de Operações Financeiras	5.823.671,87	5.709.127,16
Margem em Notas	5.527.800,91	5.223.671,01
Margem nas Transferências de Dinheiro	83.971,70	410.933,15
Margem em Divisas	211.899,26	74.525,08
Diferenças Cambiais		(2,08)
Margem Total	5.823.671,87	5.709.127,16

18. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de Dezembro de 2017, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	Exercício de 2017	Exercício de 2016
- Outros Encargos e Gastos Operacionais	23.279,39	30.339,73
- Outros Impostos	5.976,14	17.731,25
- Outros Rendimentos e Receitas	188.921,42	1.588.695,17
Outros Resultados de Exploração	159.665,89	1.540.624,19
Conta 72 - Outros Encargos e Gastos Operacionais	23.279,39	30.339,73
- Quotizações e Donativos	12.712,89	11.861,39
- Outros Encargos e Gastos	2.864,13	9.774,65
- Falhas Perdoadas	0,00	2.145,85
- Multas e Outras Penalidades	7.702,35	3.595,96
Conta 75 - Outros Impostos	5.976,14	17.731,25
- Imposto do Selo s/Comissões ATM - Euronet	0,00	492,00
- Imposto do Selo s/ Transferências	4.314,96	11.083,95
- Imposto do Selo s/ Operações Bancárias	0,00	333,16
- Outros Impostos do Selo	0,00	468,55
- IUC-Imposto Único de Circulação	523,71	520,43
- IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis	102,06	1.703,22
- IMT-Imposto Municipal s/ Transmissões	0,00	0,00
- Taxas	1.035,41	3.129,94
Conta 84 - Outros Rendimentos e Receitas	188.921,42	1.588.695,17
- Ganhos Realizados em Ativos Tangíveis (Mais Valias)(a)	0,00	1.387.200,00
- Reembolso de Despesas	2.600,24	30.403,19
- Reembolso de Subsídio de Baixa de Pessoal	15.790,85	15.906,18
- Outros Rendimentos e Receitas	170.530,33	155.185,80

(a) Resultantes da Alienação do Edifício do Rossio



19. Custos com Pessoal

Os custos com pessoal em 2017 tem a seguinte composição:

CUSTOS COM PESSOAL	Exercício de 2017	Exercício de 2016
- Remunerações	1.891.973,38	2.480.765,99
- Gratificações de Aniversário e Nascimento	8.872,73	12.500,00
- Outras Gratificações / Bónus	0,00	12.975,00
- Encargos Sociais s/ Remunerações	474.633,72	638.490,77
- Cedência de Pessoal	256.693,37	78.270,32
- Fundo de Compensação de Trabalho	473,76	542,63
- Subsídio de Refeição	212.902,34	256.195,18
- Subsídio de Férias e Subsídio de Natal	114.884,46	290.800,68
- Subsídio de Transporte	44.271,58	41.650,00
- Seguro de Acidentes de Trabalho	26.123,93	23.567,52
- Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	15.985,55	7.441,80
- Seguro de Saúde	25.509,15	23.838,77
- Indemnizações Contractuais	61.880,01	0,00
- Outros Custos com o Pessoal	22.490,92	394,83
TOTAL	3.210.996,41	3.867.433,49

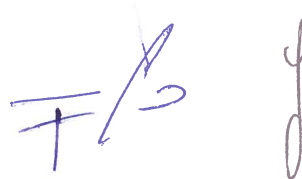


20. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de Dezembro de 2017, os gastos gerais administrativos totalizaram **2.257.414,77**, repartindo-se da forma a seguir indicada:

GASTOS GERAIS - FORNECIMENTOS	Exercício de 2017	Exercício de 2016
- Água, Energia e Combustível	79.682,28	86.498,95
- Material de Consumo Corrente	19.416,11	5.664,46
- Material para Assistência e Reparações	29.353,96	38.814,48
- Publicações	108,00	106,00
- Material de Higiene e Limpeza	7.100,01	3.666,79
- Outros Fornecimentos	454,26	1.828,39
TOTAL	136.114,62	136.579,07

GASTOS GERAIS - SERVIÇOS	Exercício de 2017	Exercício de 2016
- Rendas, Cedências de Espaços e Condomínios	1.043.630,38	977.861,59
- Alugueres	45.283,43	59.431,54
- Comunicações	107.311,59	132.945,29
- Deslocações e Estadas no País	31.361,89	36.276,69
- Ajudas de Custo no País	2.075,00	3.212,50
- Despesas de Alojamento	14.662,20	5.595,62
- Deslocações e Estadas no Estrangeiro	91.214,55	33.161,11
- Ajudas de Custo no Estrangeiro	92.395,00	135.717,00
- Despesas de Representação	29.073,57	47.463,72
- Edição de Publicações	3.360,15	944,00
- Brindes	35.478,81	28.183,35
- Publicidade	50.085,20	115.176,08
- Patrocínios	9.750,00	4.407,12
- Conservação e Reparação	41.508,84	35.940,28
- Transportes	11.449,31	11,45
- Formação Profissional	8.387,17	310,95
- Seguros	17.573,67	16.543,03
- Avenças e Honorários	221.586,71	384.127,98
- Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	70,00	1.365,00
- Contratos de Assistência Técnica	145.649,05	6.095,86
- Vigilância e segurança	41.545,27	11.999,30
- Serviços de Limpeza	35.484,81	25.920,57
- Outros Serviços de Terceiros	42.363,55	80.304,19
TOTAL	2.121.300,15	2.142.994,22



21. Amortizações do Exercício

Durante o exercício de 2017, foram efetuadas as seguintes Amortizações do Activo Intangível e Tangível:

AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES	Exercício de 2017	Exercício de 2016
- Amortizações de Ativos Intangíveis (Incorpóreo)	2.362,57	8.718,30
- Amortizações de Ativos Tangíveis (Corpóreo)	211.737,84	214.931,62
TOTAL	214.100,41	223.649,92

22. Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)

No ano de 2017, a empresa reconheceu uma reversão de imparidade líquida de 175.132,45. No ano de 2016 os títulos tiveram uma desvalorização de 72.291,29. Em Novembro de 2017 os títulos foram vendidos resultando uma valorização líquida de 175.132,45. Os Títulos tinham sido adquiridos em 2013 e 2014.

23. Resultados antes de impostos e Impostos correntes

Os resultados antes do apuramento do Imposto Corrente sobre os Lucros (IRC) são de **125.657,51**.

Impostos correntes

Os impostos correntes sobre os lucros do exercício de 2017 são de **33.816,87**.

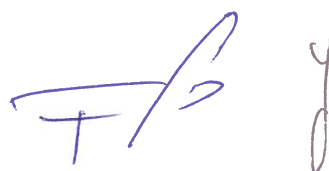
Ver Nota 8 e 24.

24. Resultado Líquido do Exercício

Em 31.12.2017 a sociedade apresentou um resultado líquido de **91.840,64**

No entanto nos últimos três anos a sociedade apresentou os seguintes resultados:

Exercício de 2017		Exercício de 2016		Exercício de 2015	
Resultado Líquido	91.840,64	Resultado Líquido	-594.892,26	Resultado Líquido	3.923.959,70
Resultado Antes de Impostos	125.657,51	Resultado Antes de Impostos	-537.328,83	Resultado Antes de Impostos	5.370.722,23
Resultado Fiscal - Matéria Colectável	-287.973,69	Resultado Fiscal - Matéria Colectável	-842.586,10	Resultado Fiscal - Matéria Colectável	6.000.384,46
IRC a pagar	33.816,87	IRC a pagar	57.563,43	IRC a pagar	1.290.778,62



25. Compromissos e Contingências

Em 31.12.2017 a sociedade têm as seguintes garantias bancárias:

Banco	Prazo Original	Prazo Residual	Valor
- CEMG	Mais de 6 até 7 anos	Mais de 5 até 6 anos	23.260
- CEMG	Mais de 30 anos	Mais de 30 anos	918.399
- CEMG	Mais de 180 dias até 1 ano	Mais de 180 dias até 1 ano	25.500
- CEMG	Mais de 6 até 7 anos	Mais de 6 até 7 anos	31.488
- CEMG	Mais de 5 até 6 anos	Mais de 5 até 6 anos	60.165
- BIC	Mais de 3 até 4 anos	Mais de 1 até 2 anos	60.540
- BIC	Mais de 3 até 4 anos	Mais de 2 até 3 anos	163.568
- BIC	Mais de 1 até 2 anos	Até 90 dias	44.116
- BIC	Mais de 2 até 3 anos	Mais de 1 até 2 anos	42.532
TOTAL			1.369.568

As garantias estão associadas a Contractos de Renda com exceção de um que diz respeito ao contracto com a ANA Aeroportos, o seu valor é de 891.847 €.

26. Partes Relacionadas

Movimentos efectuados entre empresas do Grupo - 2017

Empresa	Saldo a 31-12-2016	Movimentos	Saldo a 31-12-2017	Custos	Proveitos
NC Namibia	-	10.319,31	10.319,31	-	-
NC Cuba	-	12.813,62	12.813,62	-	-
RT Portugal	16.293,38	404.453,89	388.160,51	-	272.477,97
NC Angola	1.220.966,41	352.936,41	868.030,00	65.871,00	480.246,55
Casa Travassos	-	-	-	28.776,37	-
Ultra SGPS	205.948,47	630.669,96	836.618,43	170.888,60	-
Ultra Serviços	-	68.168,72	68.168,72	326.669,16	-
Ultra Viagens	-	3.974,49	3.974,49	74.495,53	-
NC França	-	60,00	60,00	-	-
Business Rising	2.538,72	2.538,72	-	-	-
Ultra Serve	37.636,89	37.500,96	135,93	-	-



27. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

28. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

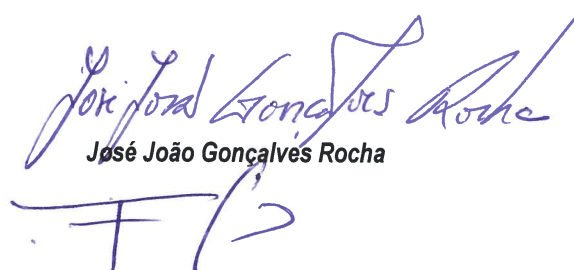
Lisboa, 02 de Abril de 2018

O Responsável pela Contabilidade



José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado N.º 15479

O Responsável pela Gestão



José João Gonçalves Rocha
Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos



NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA

**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2017**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 7.747.678 euros e um total de capital próprio de 5.494.198 euros, incluindo um resultado líquido de 91.841 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), conforme a Instrução N.º 18/2005 do Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), conforme a Instrução N.º 18/2005 do Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e





- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Pequenas Entidades através do Sistema de Normalização Contabilística;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de abril de 2018

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manuel Lázaro Oliveira Brito', written over a horizontal line.

**Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda**



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2017, a atividade da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 20 de abril de 2018

O FISCAL ÚNICO

Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda